

Votação começa só dia 25

Ulysses discute as propostas com líderes

EUGÊNIO NOVAES



Roberto Freire, Lula, Nelson Jobim e Genoio: o PMDB e as esquerdas negociam

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, anunciou ontem que o início da votação do Projeto B de Constituição em 2º Turno não vai mais acontecer no dia 21, como se previa. A primeira sessão plenária para votação do projeto foi convocada para as 14h30 do dia 25 de julho, segunda-feira.

Não houve apesar disso adiantamento dos prazos. As votações só começariam no dia 21 se o relator Bernardo Cabral não utilizasse todos os 5 dias que lhe foram destinados pelo regimento para apresentar o parecer sobre as emendas de 2º Turno, como aconteceu na entrega da redação do 1º Turno. Mas nesta fase o relator não pretende antecipar a divulgação do parecer, pois só começará a trabalhar quando tiver em mãos as emendas apresentadas.

A partir de hoje o próprio presidente Ulysses Guimarães se encarregará de reunir-se com as lideranças partidárias na Constituinte para analisar o conteúdo das emendas apresentadas para o 2º Turno. "Por enquanto não há nenhum consenso sobre pontos polêmicos como o voto aos 16 anos, turno ininterrupto de 06 horas ou tabelamento dos juros. Vamos fazer várias reuniões para examinar o texto do material apresentado, discutir as emendas favoráveis e contrárias a estes temas para decidir o que será feito", explicou o presidente.

Ele garantiu também que, embora tenha algumas ideias, não colocará o seu cargo de presidente da Constituinte a serviço da aprovação destas ideias no 2º Turno de votações. "O ponto de vista do presidente será sempre o ponto de vista votário da Constituinte. Não vou trabalhar para derrubar artigo nenhum. Vou me limitar a coordenar as forças atuantes dentro do plenário para se chegar às decisões que melhor convierem ao País".

Emenda adia a vigência da Constituição

CLAUDIA MOEMA Da Editoria de Política

Após um ano e meio em gestação, com perspectivas otimistas de término para agosto, a Constituição poderá esperar mais algum tempo para se tornar auto-aplicável. E o que prevê uma das emendas mais inusitadas, apresentada pelo deputado Jorge Leite (PMDB-RJ), determinando que o texto constitucional só entrará em vigor no dia 15 de janeiro de 1989.

O constituinte classificou sua emenda como sendo de "omissão" e por isso apresentou, na verdade, emenda aditiva a ser incluída em forma de artigo no nas Disposições Transitórias, "pois o texto é omissivo quanto à data de vigência".

Como a emenda Jorge Leite, muitas outras apresentaram situações bastante curiosas. Pelo menos dois constituintes, por exemplo, parecem não estar satisfeitos com o já aprovado público e pretendem a ele anexar mais alguns artigos. Érico Pegoraro (PFL-RS) e Francisco Kuster (PSDB-SC) apresentaram emendas supressivas à expressão "ininterrupto, exceto nas fundações".

Essa expressão, na prática, limita a efetivação dos atuais servidores em seus empregos. O texto aprovado em primeiro turno determina que são estáveis os atuais servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta ou autárquica, que, na data da promulgação da Constituição, contem com pelo menos cinco anos de serviço público ininterrupto, exceto nas fundações.

Uma das emendas apresentadas poderá não agradar em nada ao presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, pois suprime exatamente o único dispositivo de sua autoria, em todo o processo constituinte. A única emenda apresentada por Ulysses foi a de ampliação da representatividade da bancada "paulista", mas o deputado Antônio Salim Curtiatti (SP) quer suprimir a exigência de que nenhuma unidade da federação "terá menos de oito ou mais de 70" representantes na Câmara dos Deputados.

Em compensação, Ulysses poderá ter motivos de sobra para se alegrar com a emenda do deputado Nilson Gibson (PE), que suprime o impedimento de recondução para o mesmo cargo, em eleição imediatamente subsequente, de membros das Mesas da Câmara e do Senado. Eleição que ocorre a 1º de fevereiro, e na qual, pela supressão pretendida por Gibson, Ulysses poderá, mais uma vez, ser reconduzido à presidência da Câmara dos Deputados.

Outro casuismo pode ser observado nas emendas apresentadas por Alexandre Puzyna (PMDB-SC), que não só pretende retirar o preceito das inelegibilidades para o mesmo cargo, aos profetos, como também quer tornar viável a elegibilidade de cônjuge e parentes por consanguinidade ou afinidade até o segundo grau. Mas só para profetos, como estabelece a emenda. No primeiro turno, ficou vedada a eleição de parentes não só de profetos, como de presidente da República, governador de Estado e do Distrito Federal.

Também poderão se beneficiar no segundo turno os chamados marajás, caso a emenda do deputado Antônio Ferreira seja aprovada. Bastante sutil, a emenda suprime apenas a expressão "em espécie" que pode, no entanto rever toda a situação já aprovada. Ficou determinado que a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, ministros do Supremo Tribunal Federal e ministros de Estado, e seus correspondentes nos Estados e Municípios.

Suprimindo-se a expressão "em espécie", significa que o parâmetro para se estabelecer o limite máximo será a remuneração — em outras palavras, o salário fixo recebido por aqueles funcionários. Ficam excluídas do cálculo as chamadas mordomias, gratificações ou ajuda de custo.

Os incansáveis lutadores da chamada liberdade de expressão devem se mobilizar no segundo turno para não verem aprovada a emenda do deputado Costa Ferreira. Ele quer, simplesmente, suprimir integralmente o parágrafo segundo do artigo 223, do capítulo das Comunicações, que determina: "É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística".

Cardoso Alves (PMDB-SP) pretende suprimir, totalmente, os dispositivos que prevêm inibição de censura, por parte da Câmara dos Deputados, a ministros de Estado. Em lado oposto está o relator-adjunto, senador José Fogaça (PMDB-RS), que pretende suprimir uma das exigências para efetivação da moção: a sua aprovação pelo voto de dois terços dos membros da Câmara.

Um dos temas que mereceram especial atenção por parte de vários constituintes foi a aposentadoria dos professores. Para surpresa até do relator Bernardo Cabral — que em estudo preliminar observou ter sido essa um dos temas mais enfocados — vários parlamentares apresentaram o mesmo teor em suas emendas suprimindo a exigência de que somente professores do primeiro e segundo graus terão direito a aposentadoria, por efetivo exercício da função do magistério, após 30 anos (para o homem) e 25 anos (para a mulher). Com isso, constituintes como Vasco Alves, Osvaldo Trevisan, Iram Saraiva e Jesualdo Cavalcanti querem estender essa aposentadoria também aos professores universitários.

Já dá para se saber o que mudará

Os encontros mantidos entre os líderes Nelson Jobim (PMDB-RS) e José Lourenço (PFL-BA), já permitem uma visualização dos pontos que poderão cair no segundo turno de votação da Constituinte, caso os dois partidos cheguem a um entendimento. Após a reunião de ontem pela manhã Lourenço voltou a afirmar que o que for acertado entre PMDB e PFL terá aprovação garantida em plenário. Jobim, por sua vez, declarou que as matérias acordadas no primeiro turno deverão ser mantidas — "O PMDB honrará seus compromissos".

E quase certa a supressão do dispositivo que concede ao Congresso Nacional o poder de censurar ministros. O voto aos 16 anos também corre o risco de não entrar na Constituição. Em relação ao turno de seis horas com revezamento, é quase certo que seja cumprido o acordo entre PMDB e esquerdas, que se comprometeram em retirar no segundo turno a palavra "máximo de". Dessa forma, o horário limite de trabalho em empresas que funcionam 24 horas por dia será estipulado nos acordos coletivos. A licença paternidade poderá permanecer, desde que como princípio constitucional, com os detalhes sendo regulamentados por lei, inclusive o número de dias concedidos.

Também como princípio deverá continuar no texto o tabelamento de juros. Segundo afirmação dos líderes, o Sistema Financeiro ficaria obrigado a criar leis disciplinando o assunto. Podendo até mesmo criar uma tabela compatível com o mercado nacional. Esses são os pontos consensuais entre Jobim e Lourenço. Outros pontos discutidos entre PMDB e PFL, continuam uma incógnita. A anistia e a reforma tributária, dois temas que interessam ao governo, poderão ser suprimidos.

As duas questões não são consenso dentro dos partidos. O deputado José Lourenço abraçou como bandeira para a última fase de votação a derrubada de todos os dispositivos que dão autonomia política a Brasília. Ele quer que a capital federal continue como um Distrito, sem deputados, senadores ou governador eleito.

As conversações entre Jobim e Lourenço continuarão acontecendo. Interessa a ambos manter um "canal aberto" de negociação. Segundo Jobim, acordo mesmo só depois do dia 25, quando os partidos tiverem em mãos o parecer do relator Bernardo Cabral sobre cada emenda apresentada e, ainda, a relação dos destaques feitos. Até lá, tudo gira em torno de especulações. Lourenço afirmou ontem que assuntos como nacionalização da mineração, lei de greve e jornada máxima de 44 horas semanais, dificilmente serão suprimidos do projeto constitucional, pois foram aprovados com larga maioria de votos. Entretanto continuarão sendo discutidos. Assim como a reforma agrária, que agradau aos setores mais conservadores, e deixou os progressistas com dor-de-cotovelo.

Multinacionais agirão com ética, diz Cabral

O relator da Constituinte, Bernardo Cabral (PMDB-AM), revelou ontem que foi procurado pelos diretores das empresas multinacionais Xerox e Shell, Henrique Sérgio Gregori e Omar Carneiro, que se encarregaram de desmentir pessoalmente a existência de uma "caixinha" para financiar a derrubada de algumas matérias no 2º turno. Os empresários estiveram também com o presidente Ulysses Guimarães, justamente depois que o relator encaminhara à Mesa da Constituinte um despacho solicitando a apuração da existência da caixinha de 2 milhões de dólares destinada aos constituintes, como foi denunciado pela imprensa.

— Até agora o que eu sei é que o documento será objeto de deliberação da Mesa da Constituinte, que se encarregará de apurar a veracidade ou não das denúncias existentes, que são de extrema gravidade — observou o relator Bernardo Cabral. "Os

empresários me garantiram, entretanto, que a intenção não é se imiscuírem nos trabalhos, da Constituinte, a não ser através dos meios éticos e normais, jamais com tentativas de suborno".

A previsão era de que a Mesa da Constituinte se reunisse ontem para discutir o despacho do relator Bernardo Cabral. Mas assim que chegou de São Paulo, no meio da tarde, o presidente Ulysses Guimarães deixou a Câmara para comparecer ao enterro do ex-deputado Jairo Brum, do Rio Grande do Sul, só retornando no início da noite, não sendo possível a realização da reunião.

Antes de deixar o seu gabinete, o presidente Ulysses Guimarães comentou o assunto. Inclusive as declarações do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, de que pretende interterferir para a supressão do turno de seis horas no 2º turno. Sobre as declarações do ministro, ele disse que como qualquer brasileiro ele tem o direito de emitir opiniões.

Especialmente sobre a existência da "caixinha" dos empresários, Ulysses Guimarães foi categórico ao afirmar que a Constituinte não aceitará pressões, ameaças ou a utilização de meios indevidos como foi alardeado na imprensa como intenção dos empresários. "Eu já me manifestei contra esta intenção. Com dólares, não arrancarei qualquer decisão desta Constituinte, absolutamente. Agora, se quiserem vir para conversar e apresentar ideias, podem fazê-lo".

Já o relator Bernardo Cabral lembrou que não é possível pairarem dúvidas sobre a honrabilidade de qualquer constituinte: — Não acredito que nenhum constituinte esteja à venda ou possa vir a ser subornado por quem quer que seja — disse Cabral. — Eu entendo que o lobby é válido, desde que feito dentro dos meios éticos.

Dornelles: Preconceito traz prejuízos ao País

O deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ) condenou ontem "as barreiras e discriminações injustas e nocivas criadas ao investimento estrangeiro" pela Assembleia Nacional Constituinte. afirmou, porém, acreditar na capacidade de reavaliação dos excessos cometidos no primeiro turno de votação, através do bom-senso já demonstrado em votações anteriores. Segundo o parlamentar, "essas medidas insensatas" já estão causando prejuízos ao País.

Dornelles alertou que o desenvolvimento econômico do País e, por conseguinte, o seu progresso social encontram-se seriamente ameaçados por "iniciativas restricionistas" aos investimentos externos que, a pretexto da proteção da empresa e da iniciativa nacionais, criam condições para afastar do Brasil a poupança e o aporte da tecnologia das nações mais avançadas.

"Um falso conceito protecionista, mas na verdade essencialmente retrógrado, trazido por dispositivos até agora aprovados na nova Carta constitucional, põe em perigo a capacidade brasileira de superar as dificuldades do momento e, mais do que isso, compromete de maneira profunda o avanço econômico-social", analisa.

Lembrando que o País precisa do máximo de investimentos externos que puder captar no disputado mercado internacional de capitais e de tecnologias, o ex-ministro da Fazenda reiterou que as desconfianças e preconceitos contra o investimento estrangeiro, "sempre visto, erroneamente, como uma espécie de inimigo externo a ser vencido e esmagado", ameaçam criar no País condenável política de cartórios, reservas de mercado e discriminações "incompreensíveis e inaceitáveis".



Dornelles na tribuna: o País pode sair perdendo

Comparando os dispositivos aprovados pela Assembleia Nacional Constituinte na fase que se encerrou com a realidade brasileira e com a abertura diametralmente oposta que vem sendo praticada até por países de regimes centralizados, o deputado concluiu que o Brasil, "por um equivocado sentimento, está em plena contramão da História, correndo o risco de ser deixado para trás pelos investimentos estrangeiros que encaminha-se para outras nações, onde são recebidos com atitudes e com políticas exatamente contrárias às que resolvemos pôr em prática aqui".

Países como a União Soviética e a República Popular da China, que têm aberto gradativamente suas portas ao capital externo, foram citados por Dornelles ao analisar o falso conceito de preservação da identidade e segurança do País. Ele frisou as providências que diversas nações, dos mais diferentes regimes, vêm adotando para facilitar o ingresso de investimentos e de tecnologia do exterior, a fim de acelerar seu próprio desenvolvimento, aumentar a geração de empregos e suprir as lacunas de sua poupança e de seu progresso científico.

ISOLACIONISMO

Para Dornelles, é lamentável que a pouco menos de 12 anos do final do século XX o Brasil pense em adotar políticas isolacionistas, "como se fôssemos auto-suficientes de poupança e de tecnologia, quando a situação é justamente a oposta".

O discurso de Dornelles é o seguinte:

O que disse o ex-ministro

O desenvolvimento econômico do país e, por conseguinte, o seu progresso social, encontram-se seriamente ameaçados por iniciativas restricionistas aos investimentos internos que, a pretexto da proteção da empresa e da iniciativa nacional, criam condições para afastar o Brasil da poupança e do aporte da tecnologia das nações mais avançadas. Um falso conceito protecionista, mas na verdade essencialmente retrógrado, trazido por dispositivos até agora aprovados na nova Carta constitucional, põe em perigo a capacidade brasileira de superar as dificuldades do momento e, mais do que isso, compromete de maneira profunda o avanço econômico nacional.

As desconfianças e preconceitos contra o investimento estrangeiro, sempre visto, erroneamente, como uma espécie de inimigo externo a ser vencido e esmagado, ameaçam criar neste país condenável política de cartórios, reservas de mercado e discriminações incompreensíveis e inaceitáveis para um povo que precisa do máximo de investimentos externos que puder captar no disputado mercado internacional de capitais e de tecnologias.

Quando se comparam dispositivos até agora aprovados nesta Assembleia Nacional Constituinte com a realidade em que vive o Brasil, e com a abertura diametralmente oposta que vem sendo praticada até por países de regimes centralizados, chega-se à conclusão de que o Brasil, por um equivocado sentimento, está em plena contramão da história, correndo o risco de ser deixado para trás pelos investimentos estrangeiros que encaminham-se para outras nações onde são recebidos com atitudes e com políticas exatamente contrárias às que resolvemos pôr em prática no Brasil.

Que diferença de comportamento em relação a nações tão zelosas de sua identidade e segurança quanto nós, como a União Soviética e a República Popular da China, que abrem

suas portas aos investimentos estrangeiros em proporção que até surpreende os próprios investidores! Ficariam nesta tribuna por muito tempo se fôssemos listar as providências que diversas nações, dos mais variados regimes, vêm adotando para facilitar o ingresso de capitais e de tecnologia do exterior, a fim de acelerar seu próprio desenvolvimento, aumentar a geração de empregos e suprir as lacunas de sua poupança e de seu progresso científico.

É lamentável, senhor presidente e senhores constituintes, que a pouco menos de 12 anos do final do século XX: o Brasil pense em adotar políticas isolacionistas, como se fôssemos auto-suficientes de poupança e de tecnologia, quando a situação é justamente a oposta. E que pretendamos criar cartórios, reservas e discriminações, tomando por base a nacionalidade da moeda, um conceito que talvez até fosse aceitável lá pelos inícios deste século, mas que hoje nenhuma nação do mundo, atenta aos fenômenos universais da economia, pode mais levar a sério. Não podemos comprometer o desenvolvimento de hoje e, principalmente, o de amanhã, adotando políticas isolacionistas, falsamente nacionalistas, que só conseguirão retardar o crescimento do país e a prosperidade a que nosso povo tem direito. As gerações do futuro não nos perdoarão pela míopia e mesquinhez de políticas inversas aquelas que o interesse nacional está a exigir neste momento crucial da vida brasileira.

É grande a responsabilidade que pesa sobre todos nós nesta hora de definições constitucionais que vão atingir o destino de mais de uma geração de brasileiros. Temos de saber discernir, com lucidez e espírito de verdadeiro patriotismo, o caminho que melhor convém ao interesse nacional. E esse caminho é distinto da trilha estreita da demagogia ufanista, do espírito cartorial, do protecionismo nefasto das reservas de mercado, das inconcebíveis discriminações contra capitais e empresas es-

trangeiras. Corremos o grave risco de decretar que os minérios são nossos e, por incompetência técnica e falta de recursos, deixá-los para sempre enterrados, enquanto a tecnologia avançada de outros países menos dotados pela natureza trabalha ativamente para criar substitutos desses minérios. Corremos também o risco sério de reinventar repetidamente a roda, percorrendo longos e custosos roteiros para obter tecnologias que, uma vez alcançadas, se mostrarão superadas — e de longe — pelo que outros países já tiveram alcançado na nossa frente e que poderíamos também participar do desenvolvimento brasileiro, não fosse a onda de xenofobia e de isolacionismo que se apresenta sob a falsa máscara de nacionalismo e desenvolvimento.

Senhor presidente, senhores constituintes: A nossa preocupação sincera com o destino do desenvolvimento nacional, por causa das barreiras e discriminações injustas e nocivas criadas ao investimento estrangeiro, não nos faz, porém, pessimistas quanto à capacidade de reavaliação desta Assembleia dos excessos cometidos no primeiro turno de votação. O consenso e, principalmente, o bom senso triunfaram por diversas vezes em discussões e votações recentes, que nos autorizam a confiança de que ainda se possa corrigir o prejuízo que se está causando ao presente e ao futuro do país por essas medidas insensatas e prejudiciais aos verdadeiros interesses do Brasil.

Com a mesma ênfase com que condeno o isolacionismo e o preconceito contra o investimento e a tecnologia do exterior, também manifesto a minha esperança de que tenhamos a capacidade de avaliar o erro e corrigi-lo, a fim de que não sejamos cobrados amanhã por uma estagnação que fatalmente sofrerá o nosso desenvolvimento econômico e social se o País decidir ficar de costas para o mundo contemporâneo e alheio à história.

Como ficam os novos prazos

- 12 e 13/07 — Publicação e distribuição das emendas supressivas e corretivas apresentadas para 2º Turno
- 14 a 18/07 — Prazo de 05 dias para que o relator Bernardo Cabral apresente parecer sobre as emendas apresentadas pelos constituintes
- 19 e 20/07 — Publicação e distribuição do parecer do relator
- 21 e 22/07 — Apresentação de requerimentos de destaque. No máximo 04 por constituinte
- 23 e 24/07 — Publicação e distribuição dos destaques requeridos
- 25/07 — Primeira sessão plenária para votação do Projeto B em 2º Turno, às 14h30.

Esquerda unida define mudança

Os partidos de esquerda vão tentar suprimir, no segundo turno de votação da Constituinte, as restrições à reforma agrária e à estabilidade no emprego, o Estado de Defesa e o Conselho de Defesa Nacional, ambos considerados autoritários, e a possibilidade de as Forças Armadas garantirem a lei e a ordem interna. Na relação de emendas destes partidos, há até uma proposta tentando permitir a realização de eleições para presidente da República este ano.

Outra intenção da esquerda, através de emenda supressiva, é a de estabelecer a jornada semanal de 40 horas de trabalho.

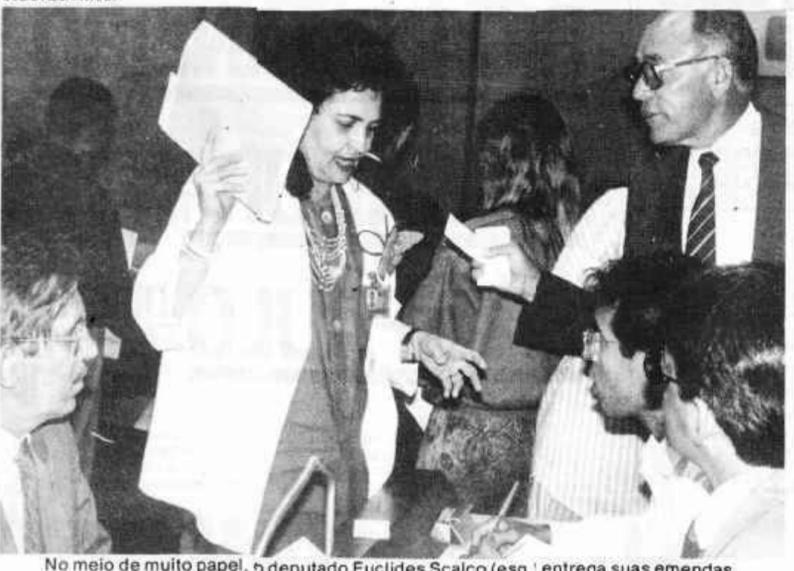
Ontem pela manhã, os líderes do PDT, do PT, do PCB, do PSB e do PC do B fizeram uma revisão das 182 emendas a que tinham direito. E reafirmaram a sua disposição de manter os acordos promovidos no primeiro turno de votação.

O líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), propôs a Jobim que as emendas que não significassem votação de mérito — as de correção de erros e omissões — fossem encaminhadas à Comissão de Redação, para parecer. Elas poderiam ser votadas então em bloco ou através de fusões. O líder do PMDB, segundo Freire, considerou boa a ideia.

O PSDB examinou as emendas de seus constituintes, eliminando as que seriam encaminhadas pelos partidos de esquerda, a fim de ter mais alternativas. Como cada constituinte tem direito a apenas quatro emendas supressivas, a liderança do PSDB passou a tarde buscando espaços nas cotas de seus filiados para a apresentação das propostas defendidas pelas comissões que analisaram por títulos o projeto constitucional.

A liderança do PSDB só firmará posição em relação às emendas quando estas já estiverem publicadas, segundo informou um assessor. Na reunião de ontem, uma questão importante não obteve consenso: a da jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento. O deputado Ronaldo Cezar Coelho (PSDB-RJ) propôs a supressão deste item, destacando que algumas empresas como a Cospa e a Petrobrás pagam um adicional por turno. Mas sua intenção foi contestada por outros integrantes do partido.

JULIO ALCANTARA



No meio de muito papel, o deputado Euclides Scalco (esq.) entrega suas emendas